

## PARÂMETROS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CRÍTICA DIALÉTICO-FENOMENOLÓGICA DA PAISAGEM CONTEMPORÂNEA\*

Angelo SERPA\*\*

**Resumo:** Pretende-se, neste artigo, estabelecer, preliminarmente, parâmetros para a construção de uma abordagem crítica, a um só tempo dialética e fenomenológica, do conceito de paisagem e sua operacionalização no ensino e na pesquisa de Geografia na contemporaneidade. Partindo-se do sistema conceitual de Milton Santos, discute-se também as idéias de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e Jean-Paul Sartre, para fundamentar a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea, partindo-se do pressuposto de base de que dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência”. A proposta metodológica é abordada também a partir da análise de exemplos emblemáticos de paisagens urbanas na cidade contemporânea.

**Palavras-chave:** paisagem contemporânea; dialética; fenomenologia; fenomenologia da paisagem.

**Resumen:** Con este artículo se pretende, establecer, preliminarmente, parámetros para la construcción de una abordaje crítica, a un mismo tiempo dialéctica y fenomenológica, del concepto de paisaje y su operacionalización en la enseñanza y en la investigación de la Geografía en la contemporaneidad. Partiendo del sistema conceptual de Milton Santos; se discute también las ideas de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty y Jean-Paul Sartre, para fundamentar la construcción de una crítica dialéctico-fenomenológica del concepto de paisaje contemporáneo, partiendo del principio básico de que dialéctica y fenomenología no se excluyen en el trabajo de campo de la Geografía. En cuanto, los métodos pueden funcionar como estrategias complementares, buscando siempre la construcción de la síntesis sujeto-objeto, propia al acto de conocer, siempre utilizando la historia como categoría de análisis, buscando intencionalmente abstraer la historicidad de los fenómenos, buscando la explicitación de su “esencia”. La propuesta metodológica, también es abordada a partir del análisis de ejemplos emblemáticos de paisajes urbanos en la ciudad contemporánea.

**Palabras-claves:** paisaje contemporáneo; dialéctica; fenomenología; fenomenología de paisaje.

**Abstract:** This article intends preliminarily to settle parameters to elaborate one critical approach of the concept of landscape and its use in contemporary Geography teaching and research, once dialectic and phenomenological. From the Milton Santos conceptual system, it argues also the Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty and Jean-Paul Sartre ideas setting up the elaboration of one dialectic and phenomenological criticism of the contemporary landscape, from the basic purpose that dialectic and phenomenology do not exclude themselves in Geography work. As methods, they may function like complementary strategies always looking for the elaboration of the subject-object synthesis that is a character of knowledge however using history as an analyses category, however intentionally looking for abstract the phenomena historical face for find its “essence”. The methodological proposal is also approached from the analysis of emblematic examples of urban landscapes in contemporary cities.

**Key-words:** contemporary landscape; dialect; phenomenology; phenomenology of landscape

### 1. INTRODUÇÃO: PRESSUPOSTOS

Remetemos-nos aqui primeiramente a uma conferência proferida por Milton Santos no II Encontro Nacional de Paisagismo, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1995. Achamos importante resgatar algumas daquelas idéias, pois

---

\* Artigo resultante de pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, do Departamento e Mestrado de Geografia da Universidade Federal da Bahia (DGEO/MGEO-UFBA) e de reflexões teórico-conceituais elaboradas no contexto da disciplina Fenomenologia da Paisagem, ministrada pelo autor no MGEO-UFBA.

\*\* Professor associado doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, pesquisador do CNPq. E-mail: angserpa@ufba.br

elas hoje parecem ter ainda mais sentido e atualidade do que quando foram elaboradas na forma da conferência citada e porque temos também a sensação de que faltam, no momento atual, discussões epistemológicas mais aprofundadas sobre o conceito de paisagem e sua operacionalização no ensino e na pesquisa de Geografia no Brasil.

Eis as idéias, que gostaríamos de sublinhar neste primeiro momento, apresentadas sem estabelecer uma hierarquia prévia entre elas:

- Tendência muito forte, em considerar, com frequência, o objeto como ator;
- Os riscos do formalismo, do empirismo e do funcionalismo;
- A possibilidade de tratamento dos objetos de forma sistemática e globalizante;
- Os objetos têm qualidades de primeira ordem, naturais e técnicas, e qualidades de segunda ordem, qualidades “sociais”;
- Os objetos e a paisagem não têm valor, o valor é dado pelo espaço, pelo casamento entre o sistema de objetos e o sistema de ações;
- A paisagem é sistema material, o espaço, sistema de valores;
- A paisagem é sempre fragmentária, uma “totalidade morta”, a paisagem é o agido, não a ação, a paisagem é uma categoria técnica;
- O papel dos arquitetos, paisagistas e urbanistas é relativo, porque o valor dos objetos depende das formas de organização social;
- A paisagem é, sobretudo, produzida por não arquitetos/urbanistas/paisagistas, a partir de “pedacinhos”, construções isoladas;
- É a análise da paisagem produzida o nosso mais importante trabalho: *não é só propor novas paisagens, mas criticar as paisagens, tal como elas são.*

Consideramos especialmente instigante esse último ponto, que podemos desdobrar nas seguintes questões:

- Como construir uma crítica da paisagem contemporânea?
- Como o ensino e a pesquisa de Geografia podem contribuir para a construção dos parâmetros dessa crítica?

Pode-se construir essa crítica a partir da *paisagem como artefato e como sistema*, já que a paisagem é evidentemente uma produção humana, se caracterizando como um conjunto de elementos/ objetos interligados. Pode-se também elaborar uma crítica da paisagem contemporânea a partir da idéia de *paisagem como riqueza*, visto existirem paisagens que podem melhor favorecer a produção de riquezas, *como ideologia*, posto que a paisagem sempre exprime e condiciona um conjunto de crenças e idéias, transmitindo “ideologia (s)”, e como história, já que a paisagem cristaliza momentos e períodos históricos em seus processos de constituição (e transformação):

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 1997, p. 37).

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é una sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe também um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, que é, em princípio, “invisível” e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade.

Não há possibilidade de construção de uma crítica da paisagem contemporânea, sem uma crítica consistente do espaço e do todo estrutural. É da unidade orgânica entre o sistema de objetos (sistema material) e o sistema de ações (sistema de valores) que podem surgir os parâmetros dessa

crítica. A paisagem tem uma constituição técnica, é constituída de objetos técnicos que vão desempenhar papéis específicos na vida social. Mas esses papéis são relativos porque vão depender das formas de organização social.

Ora, se nós sabemos, através da constituição técnica do objeto, aquilo que ele pode oferecer, nós estamos em muito melhor condição para sugerir aos especialistas da sociedade, o tipo de sociedade que deve ser instalada. Mas isso supõe que nós conheçamos claramente, que nós sejamos capazes de analisar claramente, a constituição dos objetos. E a capacidade funcional desses objetos. Como também a capacidade funcional dos arranjos, porque é isso que fazem os planejadores. Eles escolhem os objetos, eles escolhem os arranjos entre objetos... Esses arranjos não são apenas para produzir uma sensação de beleza; não têm uma vocação puramente estética, têm uma vocação pragmática (SANTOS, 1996a, p. 40-41).

Se concordarmos com Milton Santos que os objetos têm qualidades naturais e técnicas, mas também qualidades “sociais”, que os objetos (e a paisagem) não têm valor, que o valor é dado pelo espaço, então uma crítica da paisagem deve ser construída a partir do entendimento do espaço como estrutura e processo, relacionando o sistema de objetos a um sistema de valores ditados em última instância pelas relações sociais e políticas, mas também (e sobretudo!) pelo fluxo da história.

Analisar e construir uma crítica da paisagem contemporânea a partir da análise do espaço implica em ver as paisagens como especificações de uma totalidade da qual fazem parte “através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial” ou, em outras palavras, realizações de “um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral (...) e o particular” (CORRÊA, 1986, p. 46).

O movimento que transforma a totalidade em “multiplicidade” também a individualiza através das formas. Os fragmentos desta totalidade ao se tornarem “objetivos” continuam integrando a totalidade, mas sempre estão em função da totalidade que permanece “íntegra”: “Cada indivíduo é apenas um modo da totalidade, uma maneira de ser; ele reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo” (SANTOS, 1996b, p. 98). No seu movimento permanente, a sociedade está sempre subordinada à lei do espaço préexistente, o que faz do espaço um todo estrutural. O espaço é, de acordo com Santos (1994), “a totalidade verdadeira”, porque dinâmica, resultado e condição dos processos de geografização da sociedade sobre o conjunto de paisagens que constituem uma configuração territorial (SANTOS, 1994; SERPA, 2006).

A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. E a cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma nova metamorfose. Volta a ser real-abstrato (SANTOS, 1996b p. 98).

## **2. A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA CRÍTICA PARA A ANÁLISE DA PAISAGEM**

Uma crítica da paisagem deve ser construída a partir da elaboração de uma fenomenologia da paisagem. Uma fenomenologia assim deve ver cada paisagem como real-concreto, como uma “aparição” única e particular de um real-abstrato infinito de possibilidades, cuja essência se revela em cada aparição como o “sentido” de uma série de aparições (SARTRE, 2005).

Para Sartre, uma aparição, finita, indica-se a si própria em sua finitude, mas, ao mesmo tempo, para ser captada como “aparição-do-que-aparece”, exige ser ultrapassada até o infinito. Por isso, a essência está radicalmente apartada da aparência individual que a manifesta, porque a essência é o que deve poder ser manifestado por uma série de manifestações individuais (SARTRE, 2005).

Ou seja, uma crítica fenomenológica da paisagem deve revelar o invisível espacial presente no “visível” de cada paisagem, de cada aparição, enquanto “essência”, construindo uma tipologia

baseada em sistemas materiais e sistemas de valores. A essência das paisagens como “aparições” está, portanto, no espaço, no todo espacial como real-abstrato, porque em cada paisagem há uma relação com uma realidade espacial potencial, em perpétua mudança.

Ao contrário de Husserl (2000), Sartre não reconhece a existência dos objetos/ fenômenos exteriores como “imanentes”, como dados absolutos, que se apresentam à consciência e enviam à consciência seus representantes, os objetos/ fenômenos não são *ser*, são *aparecer*. Nessa perspectiva – também presente no sistema conceitual de Milton Santos – toda paisagem é transcendente, pois remete sempre ao real-abstrato espacial. Assim, a imanência (de uma paisagem, como aparição) não pode se definir, exceto na captação de algo transcendente (o espaço, como razão de série de uma série de aparições, de paisagens), já que a consciência exige apenas que o ser do que aparece não exista apenas somente enquanto aparece. E o que aparece não é imanente, é, ao contrário, sempre transcendente.

As reflexões de Merleau-Ponty (2004) guardam muitas afinidades com a obra de Sartre, já que, para o primeiro, aquilo que nos aparece ao mesmo tempo nos escapa, já que, no mundo, os objetos e fenômenos nunca estão em afinidade absoluta com eles mesmos. Não é assim que o mundo se apresenta a nós no contato com ele, que nos é fornecido pela percepção: o pintor clássico só conseguiu dominar uma série de visões e delas retirar uma única paisagem eterna, porque interrompeu o modo natural de ver, construindo uma visão analítica que não corresponde a nenhuma das visões livres. No mundo, forma e conteúdo estão, não raro, mesclados e embaralhados.

Merleau-Ponty (2004) ressalta que, se muitos pintores, a partir de Cézanne, recusaram-se a submeter-se às leis da perspectiva geométrica, é porque desejavam resgatar o próprio “nascimento” da paisagem diante de nossos olhos, é porque não se satisfaziam com um relato puramente analítico e queriam aproximar-se do estilo “propriamente dito” da experiência perceptiva. Assim, as diferentes partes de suas telas são vistas de ângulos distintos, que podem enganar o observador desatento, causando a impressão de “erros de perspectiva”. Isso demonstra que a percepção cotidiana é sempre inacabada, aberta, falha e sujeita a brancos e vazios.

É necessário reconhecer, como já fizemos em outras ocasiões (SERPA, 2006), as limitações de uma leitura formal e funcional das paisagens para a construção da crítica desejada, já que nem sempre a realidade visível esclarece completamente o que de fato acontece no espaço. As paisagens podem “mentir” (CLAVAL, 2004), se não admitirmos que não é somente a “realidade objetiva” que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos do sujeito que observa (e critica). É preciso reconhecer, como Claval, a paisagem enquanto convivência, explorando seus “fios cruzados e trocas recíprocas” (CLAVAL, 2004, p. 49).

Os geógrafos que hoje analisam (...) paisagens vernaculares levantam, a seu respeito, algumas questões importantes. Por que formas que não foram concebidas para serem belas nos comovem por sua elegância e por sua harmonia? Por que paisagens que resultam de inúmeras pequenas decisões independentemente escalonadas no tempo nos parecem grandes composições orquestradas? (CLAVAL, 2004, p. 62).

Vista assim, a paisagem é, ao mesmo tempo, marca e matriz (BERQUE, 1998), já que, ao que parece, “as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas os percebem em função da organização que dão a eles” (CLAVAL, 2004, p. 50). Segundo Berque, “a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura” (BERQUE, 1998, p. 85).

### 3. EXERCITANDO A CRÍTICA FENOMENOLÓGICA DA PAISAGEM CONTEMPORÂNEA

Tomemos um exemplo: partindo da observação do “real-concreto” de um sistema de espaços livres de edificação/ urbanização em um bairro popular qualquer de uma metrópole brasileira e considerando esse sistema como paisagem, portanto, como “aparição una e particular” de uma realidade que é total e estrutural, como enxergar, para além do visível, o invisível (ou real-abstrato) que irá fundamentar nossa crítica?

Uma descrição fenomenológica de várias dessas paisagens (aparições), baseada exclusivamente no que estas aparições revelam enquanto essência de uma série de aparições (o espaço, o todo estrutural) poderia ser sintetizada da seguinte maneira:

- Formação e consolidação de centralidades intrabairro, que determinam uma hierarquia dos espaços livres de edificação existentes;
- Maior diversificação do comércio e dos serviços nas áreas consolidadas como centralidades, onde há também uma apropriação mais intensa e diversificada dos espaços livres de uso coletivo;
- Urbanização espontânea crescente dos espaços livres de edificação de uso coletivo, que tendem a desaparecer nas áreas mais segregadas (menos centrais), especialmente locais não consolidados como de uso público;
- Carência de áreas livres e de lazer, com a concentração dos usuários nas poucas áreas consolidadas como praças e largos nos centros de bairro (SERPA, 2002).

Tal descrição inclui, já para além de um sistema de objetos, também um sistema de ações, mesmo que apenas “vislumbrado”, permitindo a intuição de uma paisagem periférica enquanto essência, que traduz um padrão periférico de ocupação dos bairros populares nas metrópoles brasileiras (SERPA, 2002). Estaríamos a meio caminho de uma crítica da paisagem contemporânea, entendida aqui justamente como enunciado por Milton Santos e já mencionado no início deste artigo, como uma paisagem vernacular, construída a partir de “pedacinhos”, de construções isoladas.

Poderíamos ir além, instigados pelas idéias de Milton Santos, e nos perguntarmos por que nos debruçamos tão pouco sobre essas “paisagens”, por que não enxergamos nelas a possibilidade de construção de paisagens e espaços mais cidadãos, a cidadania vista aqui como real-abstrato, como a possibilidade de construção de diferentes paisagens e espaços pelos diferentes agentes e grupos. Paisagens e espaços que respeitem e não hierarquizem as diferenças e que valorizem a autonomia e a liberdade como valores supremos e universais.

Para isso, devemos abandonar a consideração, corrente entre os planejadores, dos objetos como “atores” e do “visível” das paisagens como um fim em si mesmo. A questão da visibilidade das formas urbanas nos processos de requalificação da cidade contemporânea aponta para outro exemplo emblemático para o paisagismo urbano: os parques públicos. Uma análise fenomenológica das “aparições” deste tipo de equipamento mundo afora revela a essência ou a razão de série do fenômeno “parque”: a concepção e implantação de novos parques públicos parecem estar sempre subordinadas a diretrizes políticas e ideológicas (SERPA, 2003; 2007).

Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e “integrando” *waterfronts*, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo” (SERPA, 2004; 2007).

A palavra de ordem é de investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de paisagismo, arquitetura e

urbanismo. De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o “mundo urbano exterior” e se inscrevem num contexto geral de “visibilidade completa” e espetacular. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local – verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário, os novos parques tornam-se também importante instrumento de valorização fundiária na cidade contemporânea (SERPA, 2003; 2007).

Analisando criticamente este último exemplo, pode-se dizer que a paisagem produzida pelos paisagistas, arquitetos e urbanistas é também uma paisagem não-cidadã, já que os parques urbanos não podem ser considerados em sentido pleno e irrestrito como públicos. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico dos “novos” parques. Muitos desses lugares permanecem “invisíveis” para a maioria da população, que não dispõe de “capital escolar” para se apropriar das linguagens projetuais e do repertório utilizados no desenho urbano contemporâneo (SERPA, 2004; 2007).

Pode-se mesmo afirmar que as clivagens sociais ganham aqui *status* de “segregação social” ou mesmo de exclusão. Tudo isso contribui para a “invisibilidade” desses equipamentos – em contradição com seu “princípio projetual de base”, a visibilidade completa e espetacular –, tornando-os exclusivos para o uso de “iniciados”. Existe, portanto, uma distância mais social que física, separando os novos parques urbanos daqueles com baixo capital escolar (SERPA, 2004; 2007).

Na cidade contemporânea, o parque público transformou-se em “objeto de consumo”, em expressão de modismos, vendido pelas administrações locais e por seus parceiros empresários como o “coroamento” de estratégias (segregacionistas) de requalificação urbana (SERPA, 2005; 2007). A forma urbana é promovida aqui por imagens que satisfazem as comunidades profissionais de arquitetos, urbanistas e paisagistas, bem como os contratantes dos projetos. Esses profissionais são obrigados a se fazer compreender por membros de um júri, seduzi-los através de imagens de acesso fácil e imediato. Com a difusão quase instantânea, pelas revistas técnicas, dessas imagens, a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo transformam-se em fenômenos da moda, com seus ciclos curtos de alguns anos e seus pequenos grupos de pressão profissional formando uma rede internacional (CHOAY, 1988).

Uma crítica da paisagem construída sob as premissas aqui apresentadas aponta, pois, para a construção de parâmetros que revelem através dos arranjos sócio-espaciais o invisível das formas urbanas visíveis, tratando os objetos técnicos de modo sistemático e globalizante. É necessário revelar por trás dos sistemas de objetos, os sistemas de valores que embasam as ações dos diferentes agentes e grupos que produzem espaço. Trata-se de analisar e criticar as intervenções, no todo estrutural (o espaço), que introduzem novos objetos em arranjos urbano-regionais.

Se nos bairros populares da cidade contemporânea falta espaço para intervenções paisagísticas e urbanísticas “de monta”, é necessário afinar o olhar para o sistema de ações que se operacionaliza sobre um sistema de objetos aparentemente inadequado para o lazer e as manifestações culturais e festivas de seus moradores, cuja lógica deve ser compreendida, ao invés de relegada ao plano dos “desvios” ou do “indesejável”. É necessário abandonar a perspectiva tradicional que no fundo desejaria o extermínio de paisagens vernaculares classificadas a priori como “não-cidadãs” ou, sob essa mesma ótica, como paisagens sem “qualidade ambiental”. É necessário se ocupar dos espaços ocultos e residuais, das “lajes” de uma paisagem que “espontaneamente” se verticaliza, dos interstícios das construções, dos “restos” de espaços dos becos e vielas, onde a população dos bairros populares compartilha seus encontros, seu lazer e sua diversão.

Como analisar criticamente essas paisagens a partir do real-concreto existente?

Como intervir nessas paisagens para construir um real-abstrato de cidadania, modificando o real-concreto das paisagens e dos espaços não-cidadãos?

Devemos, como Milton Santos, enfatizar que não há possibilidade de construção desta cidadania desejada prescindindo de seu “componente territorial”, já que “o valor do indivíduo depende do lugar onde ele está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços” (SANTOS, 1993, p. 113). Devemos, portanto, como pesquisadores e profissionais da paisagem e do espaço, nos debruçar de forma crítica e ativa sobre as novas possibilidades de arranjos territoriais, onde os lugares sirvam realmente de “ponto de apoio” para a construção de paisagens e espaços mais cidadãos.

#### **4. À GUIA DE CONCLUSÃO: CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DIALÉTICO-FENOMENOLÓGICA PARA A CRÍTICA DA PAISAGEM CONTEMPORÂNEA**

A construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea exige que façamos, de um lado, perguntas ao tempo, e, por outro lado, perguntas aos objetos. Ao parafrasear Husserl – “a questão pela coisa” – Milton Santos (1995) abre a possibilidade de análise da paisagem dentro de uma perspectiva ao mesmo tempo dialética e hermenêutica. Para Santos, “os objetos trazem até nós o tempo que os criou. E é isso a paisagem: a apresentação atual de um feixe de ações que, num momento dado, se cristaliza num lugar dado (...), enquanto o espaço vai mudando ainda que utilizando aquela mesma paisagem” (SANTOS, 1995, p. 13).

Nessa perspectiva, o enfoque fenomenológico significaria partir das coisas elas próprias, permitindo trabalhar o conceito de cotidiano bem como temáticas como o “simbólico” e o “valor” nas disciplinas territoriais: “Talvez por aí possamos enfrentar a questão das tendências. Nós sabemos que as tendências e as possibilidades de sua realização dependem muito da maneira como, em cada lugar, se manifesta aquilo que Sartre chamava de prático inerte” (SANTOS, 1995, p. 23). E partir das coisas, elas próprias, exige tomá-las como manifestações parciais da totalidade, encará-las apenas como particularidades.

Um enfoque fenomenológico para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea exige também um retorno à percepção originária, tema da fenomenologia de Merleau-Ponty, diferente da percepção como é pensada pelos racionalistas ou empiristas, já que os primeiros emitem juízos sobre o percebido, sem se darem conta de que a percepção lhes abriu o caminho no qual se precipitam, enquanto os segundos decompõem o percebido em partes menores do que aquelas que vemos, sem compreenderem que assim retalham aquilo a que a percepção lhes deu acesso (MERLEAU-PONTY, 2004)

Por fim, deve-se compreender e reafirmar, ao final dessa reflexão, que dialética e fenomenologia não se excluem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência” (SERPA, 2006).

Por outro lado, se o espaço é a totalidade verdadeira para a Geografia, a história se impõe como recurso metodológico, já que é através do significado particular de cada segmento do tempo, que apreendemos o valor de cada coisa num dado momento (SANTOS, 1994). Mas, devemos também estar atentos para os riscos do historicismo e do determinismo histórico, de modo a desenvolver uma visão prospectiva que permita entrever o futuro “de forma objetiva”, como defendido por Santos (1994). Uma objetividade que, com certeza, não exclui a explicitação do sujeito que pesquisa, nem dos sujeitos que sua pesquisa pretende analisar.

A “paisagem”, termo surgido no século XIV nos Países Baixos (CLAVAL, 2004), pode ser a chave para a resolução das ambigüidades no âmbito das pesquisas em Geografia, apresentando a vantagem de ser o mais operacional dos conceitos à disposição do pesquisador para levantamentos empíricos (SERPA, 2006). Como Milton Santos (1995), acreditamos que não há “nenhuma contradição entre fenomenologia e dialética” (p. 22), já que estão abertas as possibilidades para uma Geografia igualmente fenomenológica e dialética, apostando em um enfoque existencialista para a análise crítica da paisagem e das relações sociedade-natureza no mundo contemporâneo.

## 5. REFERÊNCIAS

- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84-91.
- CHOAY, Françoise. Conclusion. In: MERLIN, Pierre (dir.) *Morphologie Urbaine et Parcellaire*. Saint-Denis : Presses Universitaires de Vincennes (PUV), 1988, p. 145-161.
- CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 13-74.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- HUSSERL, Edmund. *A Idéia da Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas – 1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço: Uma discussão. In: II Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2., São Paulo, 1995. *Anais do II ENEPEA...* São Paulo: Universidade São Marcos/FAUUSP, 1996a. p. 33-42.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996b.
- SANTOS, Milton. Salvador: Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (Org.). *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 11-29.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 3ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 2ª Edição. São Paulo: NOBEL, 1993.
- SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada*. Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- SERPA, Angelo. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SERPA, Angelo. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico-Methodológica. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 84, p. 7-24, 2006.
- SERPA, Angelo. Parque Público: Um "Álibi Verde" no Centro de Operações Recentes de Requalificação Urbana? *Cidades*, Presidente Prudente-SP, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.
- SERPA, Angelo. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo - SP, v. 15, n. 15, p. 21-37, 2004.



SERPA, Angelo. Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento - Repensando Teorias e Práticas, 10., Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003, CD-ROM.

SERPA, Angelo. A Paisagem Periférica. In: YASIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 161-179.